



**Intervenção inicial do Ministro da Educação
na audição da Comissão de Orçamento e Finanças,
no âmbito da discussão na especialidade
do Orçamento do Estado de 2023**

2 de novembro de 2022

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Estabilidade, confiança e compromisso. Estas três palavras são a bússola do Orçamento do Estado para 2023 e assumem um redobrado significado quando aplicadas à educação. Em tempos de incerteza e de mudança, a estabilidade alcança-se com investimento e previsibilidade. Em tempos de transformação na educação, a confiança no sistema educativo, chave para a preparação dos mais novos para os desafios que o mundo enfrenta, atinge-se com o reforço de meios e recursos para a modernização das escolas e com melhores condições para os profissionais. Em tempos de radicalismos e polarizações, o compromisso de reforço continuado



da aposta nos serviços e nas políticas públicas ganha ainda mais sentido quando chegamos a 2023 com mais um aumento da dotação para a educação.

Fizemos isso no passado e será assim no futuro.

Desde 2015, o orçamento para a educação já cresceu 44%, verificando-se um aumento de 36% face à despesa executada em 2015. O Orçamento de 2023 segue essa tendência e à dotação de 6 933 M para a educação acresce o valor de 1019 M inscritos no fundo da descentralização, sendo 2023 um ano de particular crescimento, com uma despesa prevista na educação de 7952.9 M de euros. O mundo vive uma crise económica e financeira, no rescaldo da pandemia e acelerada pela guerra injustificável que a Rússia impôs à Ucrânia e a todo o mundo. Lembramo-nos de crises anteriores em que a resposta portuguesa foi o corte nos serviços públicos e na educação pública em particular. A esta crise o Governo responde com este orçamento marcado por mais investimento na educação, mais recursos para as escolas, mais vinculação de professores, a continuidade da progressão nas carreiras e os aumentos salariais, porque não hesitamos em assumir que a educação é a resposta mais estável para o combate às desigualdades e é uma garantia de equidade. A educação é um instrumento para a confiança num futuro melhor, um compromisso para a preparação de uma geração que encontra no conhecimento, na ciência, nas humanidades e nas artes a alternativa à guerra e ao conflito.



Temos provas de que investir na educação, numa aposta no combate às desigualdades, dá frutos. As taxas de insucesso escolar diminuíram ao longo dos últimos anos em mais de 50% no ensino básico, a conclusão do ensino secundário em tempo esperado em todos os cursos nunca foi tão alta, os adultos voltaram a estudar, tendo-se já ultrapassado um milhão de certificações. Por trás de cada um destes resultados, há investimento, há meios atribuídos e há o trabalho incansável dos profissionais que trabalham nas escolas, professores, técnicos, assistentes operacionais e pessoal administrativo.

E acima de tudo, há vidas que mudam, pessoas concretas que ficam com mais ferramentas para alcançar o sonho e o direito a uma vida digna.

O Orçamento do Estado dá passos firmes no estabelecimento de um contrato social para a educação assente na confiança, na proximidade e na gestão local, reforçando a liberdade das escolas, combatendo o centralismo burocrático e distante, e na partilha de responsabilidades com os municípios, que estão ainda mais próximos das pessoas e são agora mais ágeis nas soluções.

Este é um orçamento que atribui meios para a recuperação das aprendizagens, não baixando os braços perante o impacto negativo causado pela pandemia. Um orçamento que responde ao momento que atravessamos.



O plano de recuperação das aprendizagens 21|23 Escola+, que terminará no final do ano letivo, tem tido efeito, conforme evidenciado nos estudos de monitorização e nos resultados preliminares das Provas de Aferição realizadas em 2022. Mas não nos contentamos e porque a pandemia foi um acelerador de desigualdades continuaremos, em 2023, a contar com o trabalho professores e dos 1238 técnicos especializados, na sua maioria psicólogos, terapeutas da fala, assistentes sociais e educadores sociais, que acompanham os alunos para uma mais rápida recuperação, investindo fortemente na reconstrução da relação com a escola.

Para este plano, o Orçamento do Estado investe 115 M em recursos humanos, continua um investimento de 1,2 M em programas orientados para o bem-estar emocional, apetrecha as bibliotecas escolares com aquisições no valor de mais de 1 M de euros, permite que tenhamos já 896 Clubes Ciência Viva a funcionar e que venham a ser disponibilizados instrumentos de apoio à deteção precoce das dificuldades específicas de aprendizagem da leitura.

O plano de recuperação das aprendizagens confere às escolas uma autonomia sem precedentes nas formas de trabalho e organização, com estratégias e iniciativas próprias, neste contrato de confiança estabelecido no reconhecimento da qualidade, autonomia e liberdade de ação dos profissionais.



Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Este é, também, um orçamento para uma escola que se moderniza. Com mais de 100 agrupamentos de escolas que definiram planos de inovação, com autonomia reforçada, mas também com o acelerar da transição digital. Depois do apetrechamento das escolas, através da distribuição de mais de um milhão de computadores, 2023 será marcado pelo processo de transformação da qualidade e velocidade da internet nas escolas, cuja conclusão se dará em 2024, num investimento total de 150 milhões, pela conclusão da instalação de equipamentos de projeção no valor de 27 milhões de euros, e também pela instalação de 1300 laboratórios de educação digital orçamentados em 21 milhões de euros, que vão permitir aprofundar as aprendizagens na área da robótica, da programação, em formatos adequados ao projeto educativo de cada escola. Vamos, de igual forma, continuar a desmaterialização das provas de aferição e das provas finais de ciclo, com todas as consequências positivas, designadamente no aliviar da carga burocrática associada à avaliação externa e introduzindo-se processos de classificação automática de provas e exames, aliviando assim os professores de uma parte significativa destas tarefas.

Uma ambição que agora seguirá mais robusta.



Por outro lado, conscientes das necessidades de apoio às escolas na área do digital, o Orçamento prevê uma quantia de 17 milhões de euros para a implementação de um sistema de acompanhamento na gestão dos equipamentos informáticos.

A transição digital implica formação e capacitação. Tendo a formação em competências digitais chegado, desde 2021, a 70 mil professores, este caminho continuará em 2023. A formação contínua dos professores tem sido uma aposta continuada nestes últimos 7 Orçamentos de Estado, porque é obrigação do Ministério da Educação garantir o desenvolvimento profissional dos trabalhadores e porque a formação é considerada um dos grandes preditores da melhoria do trabalho nas escolas.

Desde 2017, já investimos 54 milhões em formação contínua e o orçamento do estado para 2023 prevê um investimento de mais 12 milhões de euros, em competências digitais, na área da matemática, na educação inclusiva, entre outros domínios.

Ao recorde atingido nas taxas de conclusão do ensino secundário não é indiferente a diversificação da oferta neste nível de ensino. Aos que terminam o 9.º ano são oferecidos cerca de 150 cursos, hoje divulgados amplamente no portal da oferta formativa, para que a orientação vocacional possa ser mais apoiada.

De 2015 até agora, são mais de 750 as novas turmas de ensino profissional abertas, tendo as escolas sido certificadas com o selo



EQAVET, e tendo-se realizado na maior parte das regiões o aprofundamento das necessidades de qualificação para que a oferta seja mais adequada às necessidades das empresas e dos territórios. 2023 será o ano da instalação dos primeiros 108 centros tecnológicos especializados, que vão modernizar o ensino profissional, criando nichos de especialidade com infraestruturas de alta qualidade para a formação na área da indústria, das energias renováveis, da informática e do digital. Num investimento total de 480 milhões de euros, este é um passo seguro como resposta à crise e à continuidade do crescimento económico do país.

Acrescento ainda outro domínio, a atribuição de 2.800 bolsas de estudos aos alunos de concelhos do interior sem oferta de ensino secundário. Um investimento de 1,2 M€, que, a par de iniciativas de cooperação entre o ensino profissional e os cursos de aprendizagem, como o que se desenvolve em Freixo de Espada à Cinta, diversificam as ofertas para os jovens destas regiões

Permitam-me reafirmar também nesta câmara que não há educação sem arte e sem cultura.

O afunilamento curricular que alguns procuram é incompatível com a formação de cidadãos livres, criativos, marcados pelo humanismo e pela sensibilidade estética e artística.

O Plano Nacional de Cinema, o Plano Nacional das Artes e o Plano Nacional de Leitura, presentes na grande maioria dos agrupamentos



de escolas do país, têm permitido uma abordagem integrada às artes, sobretudo através da vivência criada pelos artistas residentes e pelos Projetos Culturais de Escola, que quadruplicaram em apenas 3 anos letivos. As escolas artísticas António Arroio, em Lisboa, e Soares dos Reis, no Porto, são dois exemplos do valor inestimável da educação artística. Mas sabemos que são muitos os alunos que ficam de fora por falta de vagas. Por este motivo, a par da regularização da situação dos profissionais destas escolas, em 2023 vamos iniciar o processo com vista ao alargamento do número de escolas artísticas.

Inscrevemos a inclusão como objetivo primeiro das políticas educativas. Ao já referido reforço de técnicos, ao plano de formação, este Orçamento de Estado associa o trabalho, a iniciar muito em breve, de atualização dos valores para o financiamento dos colégios de educação especial e dos centros de recursos para a inclusão.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Este é também um orçamento para a estabilidade dos professores.



Não devemos ter memória curta. Depois de tantos anos em que alguns repetiram, de forma irresponsável, que havia professores a mais, Portugal enfrenta dificuldades na substituição de professores e precisa de atrair jovens para esta profissão. E que não haja equívocos, os últimos 7 anos foram anos de trabalho de recuperação, depois do corte de mais de 28 mil professores.

Com as medidas do Governo, o número de profissionais tem vindo a crescer, com mais cerca de 10 mil professores desde 2016, com a estabilização da situação dos mais de 18 100 professores vinculados desde 2015, com as carreiras descongeladas, o que permite que tenhamos hoje uma situação inversa à que tínhamos em 2018. Nessa altura, havia apenas 7 professores no 10.º escalão, hoje são quase 18 mil. Em 2018, 42% dos professores estavam nos três primeiros escalões, hoje um terço dos professores está nos três patamares mais elevados da carreira.

Mas importa ir mais longe, a atratividade da carreira implica que o Orçamento do Estado contemple, como este contempla, 76,5 milhões de euros para valorizações salariais, 40 milhões de euros para progressões e 22 milhões de euros para voltar a remunerar os estágios daqueles que querem ser professores.

Estamos fortemente comprometidos, conforme assumido no programa do Governo com a redução da mobilidade dos professores



e com a estabilização destes profissionais em escolas onde são necessários.

Já na próxima semana, estaremos sentados novamente à mesa com as organizações sindicais para apresentar uma proposta de reorganização dos quadros de zona pedagógica e a metodologia de aferição de necessidades permanentes, aumentando os quadros de escola em particular nas regiões onde a falta de professores mais se faz sentir. Estamos a trabalhar para continuar a dar mais estabilidade aos professores, para a estabilização da sua situação profissional, e para isso, já no próximo ano vamos vincular mais 5000 professores, prosseguindo assim o objetivo de redução da precariedade nesta profissão.

Este é um orçamento que responde a desafios e que responde a todos. Tudo o que aqui é apresentado tem uma expressão orçamental significativa, tudo isto representa uma aposta nos profissionais da educação, a par da valorização salarial de todos os outros que trabalham nas escolas, em particular dos assistentes operacionais, que têm rendimentos bastante mais baixos.

A revisão do modelo de recrutamento, as alterações a introduzir no modelo de formação inicial de professores, a mobilização das instituições de ensino superior para que haja mais vagas abertas para os que querem ser professores, são dimensões essenciais para



uma resposta aos desafios que o país enfrenta no recrutamento de profissionais e no prosseguimento de políticas públicas.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados

É bom investir em educação num país onde, conforme reportado repetidamente e recentemente reafirmado pela OCDE no relatório *Education at a Glance*, estudar compensa. Os adultos com o ensino secundário completo ganham mais 25% do que os que não tiveram oportunidade de estudar e têm uma taxa de emprego superior em 12 pontos percentuais.

Não há melhor evidência do que esta para continuarmos a investir nas qualificações, desde a educação pré-escolar até à população adulta.

O *Acelerador Qualifica* e os projetos locais destinados à população com qualificações mais baixas permitirão dar resposta àqueles a quem o sistema educativo não chegou na idade própria. Até 2025, serão investidos 95 milhões de euros, para que cada um possa chegar mais longe.



Na cimeira das Nações Unidas para a transformação da educação, convocada pelo Secretário-Geral António Guterres, fomos desafiados a reimaginar o nosso futuro em conjunto. O investimento em educação é essencial para esse futuro coletivo e, é por isso, que trazemos a este debate, um orçamento que já cresceu 36%, que continua a crescer e que é a face financeira de um contrato social novo e alargado em que todos contam e conspiram para que a educação esteja na linha da frente do combate às desigualdades. Foi assim desde 2015; continuará a ser em 2023.

Muito obrigado.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

VALE A VERSÃO PROFERIDA